



MUNICÍPIO DE  
**PATO BRANCO**

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



MYC  
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR  
Processo Geral  
-06-Abr-2018-16:47-032513-1/2

**MENSAGEM Nº 32/2018**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminhamos o anexo Projeto de Lei, visando autorização legislativa para abertura de novas Fontes de Recurso, como também de **Credito Especial** no Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), com recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de recurso vinculada, junto a Secretaria Municipal Esporte e Lazer.

O recurso que é referente ao Convênio nº 04/218, celebrado entre o Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE e o Município de Pato Branco, que tem como objeto o Desenvolvimento esportivo Municipal e será destinado para a Melhoria do Ginásio Municipal Dolivar Lavarda com o objetivo de adquirir e instalar Piso Modular Esportivo Indoor em Polipropileno, adquirir e instalar assentos para arquibancadas em polipropileno de alta resistência e também Placar eletrônico.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, em **regime de urgência**, antecipamos agradecimentos

Gabinete do Prefeito, 2 de abril de 2018.

  
AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito



# MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



## PROJETO DE LEI Nº 61/2018

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0041	Manutenção do Esporte	225.269,85

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.112	Reformas e Manutenção de Pólos Esportivos	225.269,85

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir novas Fontes de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitário	
27.812.0041	Manutenção do Esporte	
2.112	Reformas e Manutenção de Pólos Esportivos	
3.3.90.30 - 922	Material de Consumo	206.603,19
4.4.90.52 - 922	Equipamento e Material Permanente	18.666,66
	<b>Subtotal</b>	<b>225.269,85</b>

<b>Total</b>	<b>225.269,85</b>
--------------	-------------------

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
922 - Melhorias Ginásio Municipal Dolivar Lavarda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
<b>Total</b>	<b>225.269,85</b>

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**ASSESSORIA CONTÁBIL**

Recebi nesta data, na condição de **ASSESSORA CONTÁBIL**,  
abaixo assinada, conforme estabelece o § 3º do artigo 133-A do Regimento  
Interno do Poder Legislativo Municipal, o **Projeto de Lei nº** 11261/2018

Pato Branco, 09/04/2018

  
**Márcia Regina Zanoelo**  
**Assessora Contábil**





## ASSESSORIA CONTÁBIL

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 61/2018

Busca o Executivo Municipal, através do **Projeto de Lei nº 61/2018**, obter autorização Legislativa para abrir **Crédito Especial** no exercício de 2018, no valor de R\$ R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

O Projeto em análise acresce ao orçamento do Município de Pato Branco dotação orçamentária não existente para o exercício de 2018, dentro da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, referente ao Convênio nº 04/218, celebrado entre o Instituto Paranaense de Ciência do Esporte - IPCE e o Município de Pato Branco, que tem como objeto o Desenvolvimento esportivo Municipal e será destinado para a Melhoria do Ginásio Municipal Dolivar Lavarda com o objetivo de adquirir e instalar Piso Modular Esportivo Indoor em Polipropileno, adquirir e instalar assentos para arquibancadas em polipropileno de alta resistência e também Placar eletrônico.

A dotação orçamentária acima citada observa a especificações do Plano de Contas da Despesa para o Orçamento de 2018 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme segue:

3 3 90 30 00 00	MATERIAL CONSUMO	DE	Despesas com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao voo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não-duradouro.
4 4 90 52 00 00	EQUIPAMENTOS MATERIAL PERMANENTE	E	Despesas com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.

A Lei nº. 4320/64 nos artigos 40, 41, inciso II, 42 e 43 tratam dos créditos adicionais especiais que assim expressam:

**Art. 40.** São **créditos adicionais**, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

**Art. 41.** Os créditos adicionais classificam-se em:

**II - especiais**, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; "



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



**Art. 42.** Os créditos suplementares e **especiais** serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

**Art. 43** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º. Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

*II – os provenientes de excesso de arrecadação.*

§ 3º. Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º. Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Como o crédito se relaciona com o orçamento anual as condições básicas para sua abertura é:

- ❖ a prévia autorização legislativa e
- ❖ a indicação de recursos.

Conforme indicado à cobertura se dará pela utilização de **Excesso de Arrecadação** da Fonte de Recurso Vinculado não prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2018, com base no que disciplina os parágrafos 1º, inciso II e 3º e 4º do art.43 da Lei 4320/64, conforme **Fonte:**

## **922 - Melhorias Ginásio Municipal Dolivar Lavarda – Convênio 04/2018 IPCE**

Os artigos 1º e 2º encontram-se dentro do que preceitua a matéria para a alteração orçamentária sugerida, uma vez que o Executivo deseja compatibilizar o Plano Plurianual - PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2018 com a Lei Orçamentária em vigor, observando que as três matérias orçamentárias obrigatoriamente devem estar ajustadas entre si.

O Projeto encontra-se apto a seguir seu tramite normal, em conformidade com as normas que regem a matéria e com legislação específica no que for pertinente bem como com o que preceitua a Lei.

É o parecer S.M.J.

Pato Branco, 16 de abril de 2018.

**Márcia Regina Zanoelo**  
ASSESSORA CONTÁBIL  
CRC-PR Nº 27.823/O-3



## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 61/2018.

Pato Branco, 16/04/2018.

  
**José Gilson Feitosa da Silva – PT**  
**Presidente**





**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 61/2018**

O vereador Marco Antonio Augusto Pozza - PSD no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submeteu à apreciação da Comissão de Orçamento e Finanças o Projeto de Lei Nº. 61/2018, cuja é relator, o projeto que visa abrir crédito especial no exercício de 2018, no valor de R\$225.269,85.

Este recurso será destinado a melhoria do Ginásio Municipal Dolivar Lavarda, com objetivo de instalar piso modular esportivo indoor em polipropileno e instalar assentos e arquibancadas em mesmo material, bem como, placar eletrônico. Trata-se de convênio firmado com o Instituto Paranaense de Ciencia Do Esporte – IPCE e o Município de Pato Branco.

Desta forma, após discutida a proposta e analisada por esta competente comissão de orçamento e finanças, definiram por exarar o parecer FAVORÁVEL a aprovação da matéria.

É o nosso parecer.

Pato Branco, 17 de abril de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
**Marco Pozza - PSD**  
**Membro Relator**

  
\_\_\_\_\_  
**Gilson Feitosa - PT**  
**Presidente**

  
\_\_\_\_\_  
**Claudemir Zanco – PDT**  
**Membro**

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 18-ADP-2018-1036-032626-1/1

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



**CONVÊNIO n.º 04/2018**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO  
ESPORTE - IPCE E O MUNICÍPIO DE PATO  
BRANCO PARA O DESENVOLVIMENTO  
ESPORTIVO MUNICIPAL.**

O INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE - IPCE, autarquia estadual, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.470.127/0001-74, com sede na Rua Pastor Manoel Virgínio de Souza, nº 1.020 – Capão da Imbuia, Curitiba – Paraná, CEP: 80.810-400, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado **DIEGO GURGACZ**, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 127/2015, portador da Cédula de Identidade RG n.º 5.042.020-5, inscrito no CPF sob n.º 034.323.369-00, e o **MUNICÍPIO DE PATO BRANCO**, inscrito no CNPJ sob n.º 76.995.448/0001-54, com sede Rua Caramuru n.º 271, CEP 85.501-060, Pato Branco, Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Augustinho Zucchi, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1.735.768-9 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 450.562.939-20, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar este convênio, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, e que será regido pelas disposições contidas na Lei Estadual n.º 15.608/2007 e na Lei Federal n.º 8.666/1993, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Constitui objeto deste convênio a conjugação de esforços destinada a assegurar o desenvolvimento do esporte no Município, mediante a transferência de recursos do **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE**, para melhorias no Ginásio Municipal Dolivar Lavarda consistentes na aquisição e instalação de Piso Modular Esportivo Indoor em Polipropileno, aquisição e instalação de assentos para arquibancada em polipropileno de alta resistência e placar eletrônico para o Ginásio Municipal Dolivar Lavarda, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste instrumento.

86 nº 61/2018.

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a large, stylized 'Z' shape, likely belonging to the representative of the Municipality of Pato Branco. The second signature is a cursive signature, likely belonging to the representative of the Instituto Paranaense de Ciência do Esporte.



**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS**

2. Integram este convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes, bem como os documentos constantes do Protocolado n.º 15.024.639-3.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3. Este convênio terá vigência de 18 (dezoito) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**4.1 Compete ao CONCEDENTE:**

4.1.1 realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

4.1.2 liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto deste convênio;

4.1.3 exigir do CONVENIENTE a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

4.1.4 analisar e aprovar as prestações de contas parciais e final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste convênio;

4.1.5 notificar ao CONVENIENTE, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a cursive representation of a name, possibly 'Paulo'.

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



4.1.6 fornecer ao CONVENIENTE, quando solicitado formalmente, o número do código identificador do depósito referente à eventual restituição de recursos.

4.2 Compete ao CONVENIENTE:

4.2.1 cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o Plano de Trabalho, as exigências legais aplicáveis, além das disposições deste convênio, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste convênio;

4.2.2 utilizar os recursos financeiros de acordo com o Plano de Trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;

4.2.3 previamente ao repasse da parcela prevista no Plano de Trabalho, apresentar ao CONCEDENTE prova de regularidade com a Fazenda Nacional, incluindo prova de regularidade relativa à Seguridade Social, com a Fazenda Estadual, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN;

4.2.4 manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este convênio em caderneta de poupança específica, aberta na instituição financeira contratada pelo CONCEDENTE, conforme Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

4.2.5 proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento na caderneta de poupança específica vinculada a este convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

4.2.6 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na Cláusula Quinta;

4.2.7 efetuar as prestações de contas parciais e final ao CONCEDENTE, na forma estabelecida neste convênio;

A large, stylized handwritten signature in black ink, appearing to be 'Paulo', is written over the bottom right portion of the page.

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



4.2.8 efetuar as prestações de contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;

4.2.9 informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

4.2.10 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e gestão financeira deste convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;

4.2.11 restituir ao CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

- a) quando não for executado o objeto deste instrumento;
- b) quando não forem apresentadas as prestações de contas nos prazos estabelecidos;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

4.2.12 restituir ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pela autoridade competente do CONCEDENTE;

4.2.13 manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução deste convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

4.2.14 prestar ao CONCEDENTE, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força deste convênio;

4.2.15 responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

A large, stylized handwritten signature in black ink, possibly reading 'Paulo', is written over the bottom right portion of the page.



**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



4.2.16 responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do CONCEDENTE a inadimplência do CONVENIENTE em relação aos referidos pagamentos;

4.2.17 responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela execução do objeto deste convênio, em especial pela utilização do veículo adquirido com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE;

4.2.18 manter, para fins de controle e fiscalização do CONCEDENTE, a guarda dos documentos originais relativos à execução deste convênio, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas;

4.2.19 manter, durante a execução do objeto deste convênio, todos os requisitos exigidos para sua celebração;

4.2.20 franquear aos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas, livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

4.2.21 ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar ao Ministério Público;

4.2.22 destacar a participação do CONCEDENTE em todas as ações relacionadas à execução deste convênio, quando de caráter educativo, informativo ou de orientação social, observadas as vedações legais, em especial a Lei Federal n.º 9.504/1997;

4.2.23 solicitar formalmente ao CONCEDENTE o número do código identificador do depósito referente à eventual restituição de recursos;

4.2.24 divulgar no(s) veículo(s) que a aquisição foi realizada, em parte, com recursos do IPCE.

This block contains handwritten markings at the bottom right of the page. It includes a large, stylized signature that appears to be 'J. Carlos' and some other initials or marks.

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

5.1 Os recursos financeiros para a execução do objeto deste convênio, que totalizam a quantia de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

5.1.1 valor repassado pelo CONCEDENTE: R\$ 214.006,35 (duzentos e catorze mil seis reais e trinta e cinco centavos), à conta da dotação orçamentária n.º 4430.27812054.360 – Implementação dos Programas de Esporte Lazer e Atividade Física; natureza da despesa n.º 4440-5299 – Aquisição de Outros Materiais Permanentes, fonte de recursos n.º 100;

5.1.2 Como contrapartida a CONVENIENTE responsabilizar-se-á pela complementação dos recursos, necessários à aquisição do veículo, no montante de R\$ 11.263,50 (onze mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

5.2 o valor repassado pelo CONCEDENTE não poderá ser aumentado.

**CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

6. Os recursos do CONCEDENTE e a contrapartida do CONVENIENTE, ambos destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para conta poupança de titularidade do CONVENIENTE no Banco do Brasil, devendo ser exclusiva a este convênio.

6.1 O recursos serão liberados pelo CONCEDENTE de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do Plano de Trabalho, após o depósito da contrapartida pelo CONVENIENTE.

6.2 A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

6.3 Os recursos transferidos em decorrência deste convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE em conta poupança; se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

6.4 Mediante expressa autorização do CONCEDENTE, os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto deste convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

6.6. O CONVENIENTE deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

7 O objeto deste convênio deverá ser executado fielmente pelo CONCEDENTE e pelo CONVENIENTE, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1 É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

7.1.1 pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao CONVENIENTE;

7.1.2 transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;

7.1.3. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

7.1.4 finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

7.1.5 pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;

7.1.6 pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

7.1.7 pagamento de despesas de publicidade;

7.1.8 pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;



**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



7.1.9 pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

7.1.10 transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

7.1.11 transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio.

7.2 para a realização de cada pagamento, o CONVENIENTE deverá apresentar ao gestor do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a destinação do recurso;
- b) o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- e) as faturas, os recibos, as notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas;
- f) a comprovação do recebimento definitivo do objeto do convênio, quando for o caso.

7.3 As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENIENTE, devidamente identificados com o número deste convênio.

7.4 Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se o CONCEDENTE a notificar, de imediato, o CONVENIENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

8.1 O CONVENIENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros ou à aquisições relacionadas à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas nas Leis n.º

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



8.666/1993 e n.º 10.520/2002 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

8.2 O CONVENIENTE deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:

- a) cópia do edital da licitação;
- b) as atas decorrentes da licitação;
- c) as propostas decorrentes da licitação;
- d) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
- e) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

8.3 A celebração de contrato entre o CONVENIENTE e terceiros não acarretará solidariedade direta ou subsidiária do CONCEDENTE, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

**CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9 Este convênio poderá ser alterado por termo aditivo, mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do seu objeto.

9.1 Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.

9.2 O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pelo CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

A large, stylized handwritten signature is written over the page number. To its right, there are handwritten initials that appear to be 'Joubu'.

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



**CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR DO CONVÊNIO**

10. Fica designada, pelo CONCEDENTE, como gestora deste convênio, a servidora Denise Golfieri de Oliveira portadora do RG nº 6.195.472-4 SESP/PR, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do convênio e dos recursos repassados.

10.1 O acompanhamento consistirá na realização de relatórios, com periodicidade de 06 (seis) meses, inspeções e visitas a cada 06 (seis) meses, parecer técnico sobre as prestações de contas parciais e final ao CONCEDENTE, além de parecer técnico conclusivo sobre a satisfatória realização do objeto do convênio.

10.2 O gestor anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO CONCEDENTE**

11 As prestações de contas parciais do CONVENIENTE ao CONCEDENTE deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- a) relatório de execução do objeto;
- b) notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do CONVENIENTE e número do convênio;
- c) comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
- d) quando for o caso: relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; relação de pessoal treinado ou capacitado; relação dos serviços prestados.



*Carlo V*



**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



11.1 Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o saneamento da impropriedade.

11.2 A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do CONVENIENTE e número do convênio;
- c) comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle;
- d) quando for o caso: relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos; relação de pessoal treinado ou capacitado; relação dos serviços prestados;
- e) comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

11.3 Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o CONVENIENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

11.4 Se, ao término dos prazos estabelecidos, o CONVENIENTE não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou ao CONCEDENTE, este comunicará o fato ao órgão competente, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.5 O gestor deste convênio emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas ao CONCEDENTE.

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



11.6 O CONCEDENTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

11.7 No âmbito da Administração Pública, a autoridade competente para aprovar ou desaprovar as contas da CONVENIENTE será a autoridade competente para assinar este instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS**

12 A prestação de contas ao CONCEDENTE, tratada na Cláusula Décima Primeira, não prejudica o dever do CONVENIENTE de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado, conforme Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, todas desse órgão de controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

13 São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros deste convênio, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.1 Os bens remanescentes serão de propriedade do CONVENIENTE e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter ao CONCEDENTE na hipótese de desvio de finalidade no seu uso.

13.2 Os bens remanescentes deverão, enquanto servíveis, ser utilizados para continuidade das atividades voltadas ao desenvolvimento do esporte do Município ou finalidade semelhante.

13.3 Após o transcurso do prazo de vigência deste Convênio, somente mediante declaração de inservibilidade do bem, por comissão de servidores constituída pelo CONVENIENTE, ficará sem efeito a cláusula de inalienabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO**

14 Este convênio poderá ser:

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**



14.1 denunciado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

14.2 rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

14.3 A rescisão do convênio enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE**

15 A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

15.1 O CONCEDENTE notificará, no prazo de 10 (dez) dias, a celebração deste convênio ao Presidente da Câmara Municipal do CONVENIENTE, competindo a este notificar aos demais membros da Casa Legislativa, facultada a comunicação por meio eletrônico.

15.2 O CONCEDENTE e o CONVENIENTE deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação

Dois assinaturas manuscritas em tinta preta. A primeira assinatura é grande e fluida, ocupando a maior parte do espaço. A segunda assinatura, localizada à direita e ligeiramente abaixo da primeira, é mais compacta e parece conter o nome 'Paulo V.'.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria do Esporte e do Turismo

**GOVERNO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E DO TURISMO**  
**INSTITUTO PARANAENSE DE CIÊNCIA DO ESPORTE**

dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir "link" em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de convênios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16 Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 19 de março de 2018.

**DIEGO GURGACZ**

Diretor-Presidente IPCE

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Paulo Vicente Stehmi

CPF: 024732119-22

Ass.: Paulo V. Stehmi

Nome: ROLY MARCELO SIAVIGIO

CPF: 949182729-20

Ass.: [Assinatura]





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 61/2018

Autoriza o Executivo Municipal a abrir **Crédito Especial** no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0041	Manutenção do Esporte	225.269,85

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir novas Fontes de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitário	
27.812.0041	Manutenção do Esporte	
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	
3.3.90.30 – 922	Material de Consumo	206.603,19
4.4.90.52 – 922	Equipamento e Material Permanente	18.666,66
	<b>Subtotal</b>	<b>225.269,85</b>
<b>Total</b>		<b>225.269,85</b>

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
922 - Melhorias Ginásio Municipal Dolivar Lavarda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
<b>Total</b>	<b>225.269,85</b>

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.





# PATO BRANCO

Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos  
DETRAN - Departamento Municipal de Trânsito

Rua Nova, 100 - Centro - CEP 85.000-000 - Pato Branco - PR  
Fone: (41) 3322-1100 - E-mail: detran@pato-branco.pr.gov.br - www.pato-branco.pr.gov.br

## ÓRGÃO GESTOR DO TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 002/2018

No uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 6º da Lei 3.585/2011 e Art. 7º do Decreto 6.002/2012 do município de Pato Branco, resolve:

Art. 1º - Estabelecer o número de veículos reserva para o Transporte de Escolas no Município de Pato Branco em TRÊS POR CENTO da totalidade da frota operante.

Art. 2º - Os veículos reserva não fazem parte das Autorizações normais para o Transporte de Escolas; atendem a características diferentes conforme entões e exigências a seguir relacionadas:

- O veículo deve ter capacidade mínima de 15 lugares;
- Na extensão de toda a lateral do veículo, em ambos os lados, sobre a faixa amarela, o veículo deve ter a inscrição "VEÍCULO RESERVA TRANSPORTE ESCOLAR";
- O veículo não poderá transitar com a Autorização a Teto Plástico fixado no para-brisa, no lado direito, canto superior;
- O veículo Reserva para Escola no Transporte Escolar, não poderá ter ano de fabricação que ultrapasse a quinze anos de uso, independentemente do Explicativo;
- O veículo deverá passar por todas as vistorias trimestrais, conforme prescrita a legislação vigente.

Art. 3º - Para obtenção da Autorização de uso do veículo RESERVA, o Transportador titular interessado, deverá apresentar junto a Coordenadoria do Órgão Gestor documento comprobatório fornecido pelo estabelecimento onde o veículo titular encontra-se para recuperação/manutenção, devendo constar os seguintes dados:

- Placa do veículo;
- Relatório do conserto ou danos a serem reparados;
- Tempo previsto para recuperação/manutenção do veículo;
- Se o veículo colidir, relatório dos danos estruturais - pequena, média ou grande monta - para possível avaliação do IMPOSTO IPEN;
- Assinatura e carimbo da empresa com CNPJ e endereço;
- Art. 4º - O proprietário do Veículo RESERVA deverá ser Pessoa Jurídica com veículo em sua propriedade, inscrita como transporte escolar, sendo admitido apenas um veículo por CNPJ para operar como veículo RESERVA.

Art. 5º - Ser Registrado junto ao DETRAN-PR como veículo Transporte Escolar, Categoria AULOVEL.

Art. 6º - Para Condição do veículo RESERVA o condutor deverá satisfazer todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções do CONTRAN, Lei Municipal e Normas Complementares.

Art. 7º - A não observância das disposições legais, bem como, desta Portaria, ensejará na cassação Administrativa da Autorização e do Cadastro junto à Municipalidade, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 26 de Março de 2018.

VALTAMIRO WANDERLEI SANTANA  
Diretor do Detran

Norma  
Órgão Gestor do Transporte Coletivo Municipal

NOGTCM 007/2018

Valida a partir de  
01 de Maio de  
2018

Assessabilidade no transporte por fretamento.

01 - Escopo.

Esta Norma tem como escopo estabelecer os padrões em que se aplicará a exigência da acessibilidade em veículos do transporte por fretamento.

02 - Referência.

Art. 24 da Lei Federal 9.503 de 23 de setembro de 1997;

Lei Municipal 2.458 de 19 outubro de 2007;

Art. 17 caput, inciso III e parágrafo 2º da Lei Municipal 3.593 de 26 de maio de 2011;

Art. 6º caput da Lei Municipal 3.593 de 26 de maio de 2011;

Art. 17 inciso VII do Decreto Municipal 8.232/2017, o qual prevê acessibilidade a portadores de necessidades especiais.

03 - Termos e Definições.

3.1 - Acessibilidade: rampa ou elevador para cadeirantes, local específico reservado dentro do veículo conforme NBR 14922.

3.2 - PNE: Portador de Necessidades Especiais.

04 - Diretrizes.

4.1 as empresas ou autônomos que efetuem o transporte por fretamento, observando em seus contratos, se a contrate disponibilidade em seu quadro de colaboradores, vaga específica para cadeirantes;

4.2 os contratos que constem a vaga para portador de necessidades especiais, se o número de transportados não exceder a lotação de um veículo, o contratado poderá dispor de acessibilidade em apenas um dos veículos ou providenciar número de veículos suficiente para atender a demanda existente dos portadores de necessidades especiais, alocando para tanto os veículos com acessibilidade na rota em que o(s) portador(es) de necessidades especiais reside(m);

4.3 os demais veículos deverão ter no mínimo 2 (dois) assentos reservados próximo a porta para portadores de necessidades especiais, 01 (um) para idoso e 01 (um) para gestante;

05 - Justificativa.

A instalação de acessibilidade em todos os veículos destinados ao transporte por fretamento terá como seja removido em torno de 4 a 8 lugares dentro do veículo, a operação por fretamento não permite transportados em pé, o que reduziria em torno de 40% o número de pessoas a serem transportadas em veículos tipo vans e microônibus com capacidade até 20 passageiros, o que seria também um atrativo para o transporte de pessoas em pilões locais destinados aos PNE, de forma irregular.

06 - Os contratos cadastrados que não fizessem menção ao apontamento da necessidade de não, da acessibilidade, terão um prazo de 60 dias para serem adaptados com esta cláusula, junto ao órgão gestor, o não atendimento desta cláusula, ensejará na falta do item VII do art. 17 do Decreto 8.232/2017, acarretando na suspensão da Licença para Operação do Veículo, por não cumprir as exigências para o cadastro do veículo. A permanência na falta por mais de 180 dias ensejará na suspensão da autorização e a permanência por mais de 365 dias resultará no processo de cassação da autorização.

VALTAMIRO WANDERLEI SANTANA  
Diretor do Detran

Norma  
Órgão Gestor do Transporte Coletivo Municipal

NOGTCM 006/2018

Valida a partir de  
01 de Maio de  
2018

Identificação e uso de propaganda em veículos do Transporte por Fretamento no âmbito do Município de Pato Branco.

01 - Escopo.

Esta Norma tem como escopo, delimitar espaço para identificação como veículo do Transporte por Fretamento, adequando as inscrições a realidade do transporte, visto que há veículos utilizados pelo Transporte escolar, impedindo assim a fixação de faixa de Fretamento e divulgação de propaganda em veículos destinados ao transporte por Fretamento no âmbito do município de Pato Branco.

Esta Norma visa padronizar os veículos, de forma a serem facilmente identificados como transporte por Fretamento, não desviando a atenção de outros usuários que trafegam na mesma via para propagandas diversas, que poderiam estar fixadas em suas laterais. Para propagandas será autorizada a utilização somente da parte traseira do veículo.

02 - Referência.

Art. 24 da Lei Federal 9.503 de 23 de setembro de 1997;

Lei Municipal 2.458 de 19 outubro de 2007;

Art. 17 caput, inciso III e parágrafo 2º da Lei Municipal 3.593 de 26 de maio de 2011;

Art. 6º caput da Lei Municipal 3.593 de 26 de maio de 2011;

Art. 17 inciso VII do Decreto Municipal 8.232/2017, o qual prevê inscrições externas para o Transporte por Fretamento.

03 - Termos e Definições.

3.1 - Adesivo.

Material impresso autocolante;

3.2 - propaganda.

Todo adesivo fixado com inscrições a título de divulgação de empresa, produto ou serviço;

3.3 - vitória.

Fiscalização pela qual todos os veículos para habilitação ao serviço devem passar uma vez ao ano, em data definida pela Coordenadoria do Órgão Gestor;

3.4 - Traseira.

Parte posterior de um veículo, de um animal, de um comboio etc. f. A parte posterior; retragendo: na traseira do carro.

4.1 - Diretrizes.

4.1.1 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter Político Partidário explicito ou mesmo siglas relativas a partidos ou candidatos;

4.1.2 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter esportivo, com emblemas, nomes ou distíntivos de clubes, times ou desportistas;

4.1.3 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter religioso, expondo denominações ou logotipos que indiquem o tema;

4.1.4 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter Religioso;

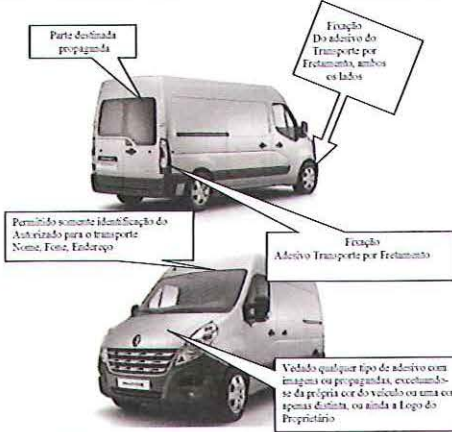
4.1.5 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter Ideológico;

4.1.6 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter de incentivo ao consumo ou divulgação de bebidas alcoólicas;

4.1.7 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter de incentivo ao consumo ou divulgação de cigarros;

4.1.8 Propaganda não poderá em hipótese alguma ter caráter sexual ou atentando a moral e aos bons costumes;

05 - Local para propaganda;



06 - Trecho de propaganda.  
A faixa de propaganda será permitida a qualquer tempo, desde que atenda as diretrizes constantes nesta norma.  
07 - Adesivo sua especificação e dimensões:  
DIMENSÃO: 35cm x 50cm.  
ESPECIFICAÇÃO: fundo azul (cor utilizada pelo município), fonte cor branca com efeito baixo relevo.



PATO BRANCO

FRETAMENTO  
AUTORIZAÇÃO Nº 001

08 - Para o cumprimento desta Norma, o Órgão Gestor passará os dados a cada cadastrado do número de sua Autorização e o mesmo providenciará a confecção e afixação nos locais destinados conforme esta Norma Complementar, para então passar pela vistoria anual, para obtenção de Licença para Operação do veículo.  
VALTAMIRO WANDERLEI SANTANA  
Diretor do Detran

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5.133, DE 25 DE ABRIL DE 2018

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores da PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
----------	---------------	-----------

0041	Manutenção do Esporte	225.269,85
------	-----------------------	------------

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LOO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
------	---------------	-----------

2.112	Reforma e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85
-------	--	------------

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a abrir novas Fontes de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
--------	---------------	-----------

16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
----	---	--

16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
-------	---------------------------------	--

27	Desporto e Lazer	
----	------------------	--

27.612	Desporto Comunitário	
--------	----------------------	--

27.612.0041	Manutenção do Esporte	
-------------	-----------------------	--

2.112	Reforma e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85
-------	--	------------

3.390.33 - 922	Material de Consumo	225.269,85
----------------	---------------------	------------

4.490.52 - 922	Equipamento e Material Permanente	18.665,65
----------------	-----------------------------------	-----------

	Subtotal	225.269,85
--	----------	------------

Total		225.269,85
-------	--	------------

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
-------	-----------

922 - Memórias Gênesis Municipal Doliva-Lavanda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
---	------------

Total	225.269,85
-------	------------

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2018.

AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 8.300, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Abre Crédito Especial no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores da PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
----------	---------------	-----------

0041	Manutenção do Esporte	225.269,85
------	-----------------------	------------

Art. 2º Fica criada ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LOO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
------	---------------	-----------

2.112	Reforma e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85
-------	--	------------

Art. 3º Fica aberta novas Fontes de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
--------	---------------	-----------

16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
----	---	--

16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
-------	---------------------------------	--

27	Desporto e Lazer	
----	------------------	--

27.612	Desporto Comunitário	
--------	----------------------	--

27.612.0041	Manutenção do Esporte	
-------------	-----------------------	--

2.112	Reforma e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85
-------	--	------------

3.390.33 - 922	Material de Consumo	225.269,85
----------------	---------------------	------------

4.490.52 - 922	Equipamento e Material Permanente	18.665,65
----------------	-----------------------------------	-----------

	Subtotal	225.269,85
--	----------	------------

Total		225.269,85
-------	--	------------

Art. 4º Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
-------	-----------

922 - Memórias Gênesis Municipal Doliva-Lavanda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
---	------------

Total	225.269,85
-------	------------

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2018.

AUGUSTINHO ZUCCHI  
Prefeito

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
168	ANA CRISTINA RIBEIRO BANDEIRA	INSALUBRIDADE	23/04/2018
173	MARLENE MATANA ENOYERA	A FÉDIO DE CARGO EFETIVO	25/04/2018

A publicação na íntegra do (s) ato (s) acima, encontra (m)-se disponível (s) no seguinte endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.com.br/imp](http://www.diariomunicipal.com.br/imp) - Edição do dia 26 de abril de 2018, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70, de 06 de julho de 2017.

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA

Nº PORTARIA	NOME	ASSUNTO	DATA
172	NEORIDES VENTIM	DECLARAÇÃO VACANCIA DO CARGO DE CORRETORE DE AMOSTRAGEM	24/04/2018

A publicação na íntegra do (s) ato (s) acima, encontra (m)-se disponível (s) no seguinte endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.com.br/imp](http://www.diariomunicipal.com.br/imp) - Edição do dia 25 de abril de 2018, respectivamente, conforme Lei Complementar nº 70, de 06 de julho de 2017.

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2018

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, CONVOCA aprovada (s) no Processo Seletivo nº 001/2018, visando ao preenchimento de vagas para contratação de Agentes (s) na Formação em Assistência Administrativa, que compareçam à Rua Cararamba nº 271, para comparecerem às informações prestadas para fins de cadastro e pontuação, providenciando a documentação exigida em Edital, no prazo de 5 (cinco) dias.

ANEXO I - ADMINISTRATIVO APRENDIZ.

CLASSIFICAÇÃO

NOME DO CANDIDATO

34º

Guilherme Antonio Pereira dos Santos

35º

Victor Augusto Leite

Pato Branco, 25 de abril de 2018.

Ademilson Cássio Silva - Diretor do Depto de Rec.Hum

Portaria 120 de 17/03/2016 - CRA ADM Nº 2018

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 8.297, DE 23 DE ABRIL DE 2018

Altera dispositivos do Decreto nº 7.861, de 7 de dezembro de 2015, que nomeia membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher.

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Inciso IX do Decreto nº 7.861, de 7 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...] REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Titular: Patrícia Cabral Ferronato

Suplente: Ivete Ravaneli Beltrame"

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2018.

AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

## MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 169

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, art. 62, inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Inciso XIV do art. 1º da Portaria nº 114, de 3 de março de 2017, que nomeia membros do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º [...] Secretária de Administração e Finanças

Titular: Daniel Bolzan da Silva Ferraz



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**



**SECRETARIA DE GABINETE**  
**LEI Nº 5.133, DE 25 DE ABRIL DE 2018**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0041	Manutenção do Esporte	225.269,85

**Art. 2º** Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85

**Art. 3º** Autoriza o Executivo Municipal a abrir novas Fontes de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitário	
27.812.0041	Manutenção do Esporte	
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	
3.3.90.30 - 922	Material de Consumo	206.603,19
4.4.90.52 - 922	Equipamento e Material Permanente	18.666,66
	Subtotal	225.269,85
Total		225.269,85

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
922 - Melhorias Ginásio Municipal Dolivar Lavarda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
total	225.269,85

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2018.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
**Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini**  
**Código Identificador: 8A74EBD5**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/04/2018. Edição 1493  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO



SECRETARIA DE GABINETE  
DECRETO Nº 8.300, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Abre Crédito Especial no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.133, de 25 de abril de 2018,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

Programa	Especificação	Valor R\$
0041	Manutenção do Esporte	225.269,85

**Art. 2º** Fica criada ação na Lei nº 5.034/2017 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2018, conforme segue:

Ação	Especificação	Valor R\$
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	225.269,85

**Art. 3º** Ficam abertas novas Fontes de Recurso e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

Código	Especificação	Valor R\$
16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
27	Desporto e Lazer	
27.812	Desporto Comunitário	
27.812.0041	Manutenção do Esporte	
2.112	Reformas e Manutenção de Polos Esportivos	
3.3.90.30 - 922	Material de Consumo	206.603,19
4.4.90.52 - 922	Equipamento e Material Permanente	18.666,66
	Subtotal	225.269,85
Total		225.269,85

**Art. 4º** Para Cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

Fonte	Valor R\$
922 - Melhorias Ginásio Municipal Dálivar Lavarda - Convenio 04/2018 IPCE	225.269,85
Total	225.269,85

**Art. 5º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2018.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

Publicado por:  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
Código Identificador:CE91E982

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/04/2018. Edição 1493  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>





**PROJETO DE LEI Nº 61/2018**

**Regime de urgência**

MENSAGEM Nº 32/2018

RECEBIDO EM: 6 de abril de 2018

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2018, no valor de R\$ 225.269,85 (duzentos e vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

(Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Convênio 04/2018, celebrado entre o Instituto Paranaense de Ciência do Esporte – IPCE com o objeto de Desenvolvimento Esportivo Municipal, destinado para a melhoria do Ginásio Dolivar Lavarda, com o objetivo de adquirir e instalar assentos para arquibancadas em polipropileno de alta resistência e também placar eletrônico).

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 9 de abril de 2018

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 16 de abril de 2018

RELATOR: Marco Antonio Augusto Pozza – PSD

**VOTAÇÃO SIMPLES**

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 18 de abril de 2018 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC, Ronalce Moacir Dalchiavan – PP e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 23 de abril de 2018 – Aprovado com 7 (sete) votos e 3 (três) ausências.

Votaram a favor: Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Marco Antonio Augusto Pozza – PSD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marines Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausentes, os vereadores Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD e Vilmar Maccari – PDT.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 236/2018-DL, de 23 de abril de 2018.

SANÇÃO: Lei nº 5133, de 25 de abril de 2018. Decreto nº 8300, de 25 de abril de 2018.

PUBLICAÇÃO: Publicados na página B8 do Jornal Diário do Sudoeste edição nº 7126 de 26 de abril de 2018 e no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/amp> edição nº 1493 de 26 de abril de 2018.